

NACIONALIDADE COMO METÁFORA

*José Luiz Foureaux de Souza Júnior**

A questão da nacionalidade literária pode ser encaminhada por três vias: a origem, o caráter ideológico e a abordagem interdisciplinar. Considerando-se que o conceito de nação é relativamente recente na história da humanidade, pode-se concluir que sua definição é, antes de mais nada, produto de conjunturas históricas particulares, regionais ou localizadas. Assim, nem só a Literatura, nem só a História pode dar conta do problema. O desenho da nacionalidade é alheio a qualquer tentativa de totalização e/ou de documentalidade, configurando-se apenas no descortinamento de semelhanças em que não há elementos idênticos, com o qual se faz uma passagem de superfície – lugar da singularidade, da diferença, da multiplicidade – para o centro – lugar do essencial, do genérico, da unidade.

*Professor de Literatura Luso-Brasileira, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

O trabalho que aqui começa inscreve-se no campo das interlocuções possíveis entre Literatura e História. É nesse contexto que a História da Literatura parece encontrar legitimidade, fazendo voltar à cena preocupações antes tomadas como canônicas, no pior sentido do termo. Esse retorno explicita o desejo de se circunscrever no acesso ao contexto como campo de reflexões sobre o próprio texto literário, problematizando o estatuto da literatura como o discurso produzido e colocado em circulação por instituições e práticas muito específicas e particulares de leitura e escrita. Daí a liberdade de tematizações e de recortes que esse mesmo exercício proporciona. Em certo sentido, fica implícita a certeza de que se trata aqui de um exame marcado pela delimitação de uma possível fronteira entre História e Literatura. Cumpre afirmar que, quanto a essa “relação de fronteira”,

Só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários de processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.¹

Começo com uma afirmação até certo ponto aleatória: é possível aceitar como acertadas, as considerações da crítica literária brasileira, quando afirma o valor e a qualidade do Regionalismo de 30 como um dos momentos fundamentais de nossa literatura. Pensar a nacionalidade da literatura no Brasil é uma atitude que tem que respeitar as variações regionais – a expressão não diz tudo o que poderia ser dito. Esse traço de particularidade confere ao processo identitário uma “diferença” em relação a outros similares. Repetir o jargão da extensão territorial e, mesmo, dos problemas sociais, políticos e econômicos que disso provêm, não basta. O caso da literatura sul-rio-grandense é paradigmático. Não parece casual que apenas o nome de Erico Verissimo aparece associado ao Regionalismo, ao romance de 30. Não vou discutir esse aspecto agora. Destaco-o com a finalidade de não apenas subscrever as idéias do comentarista, mas acrescentar mais um dado na extensa galeria de variáveis que podem ocorrer numa leitura desse importante momento da historiografia literária no Brasil. Para além das

¹ CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1965.

fronteiras delineadas pelo Regionalismo, existem outros direcionamentos possíveis para a questão da identidade. Retomo esse caminho, já tradicional, por acreditar em sua eficácia. Evito utilizar as expressões “literatura brasileira” e/ou “literatura nacional” de propósito, uma vez que expressões desse tipo identificam meu ponto de discussão: o estabelecimento do conceito de nacionalidade nos estudos literários realizados por aqui. Esse processo nos remete à idéia de considerar plausível a reflexão sobre a literatura enquanto um exercício de fundação, ainda que ficcional, de uma nacionalidade. Há que atentar, então, para o que segue:

Essas observações partem de dois pressupostos, um de ordem genérica – em princípio, a literatura deve se alimentar dos motivos sugeridos pelo local onde aparece – outro dirigido às áreas emergentes, às quais compete mais do que nunca dar vazão a essa propriedade da literatura, pois se beneficia artisticamente com tal realização. Ganha sobretudo em autenticidade, ao extrair temas de matéria que “verdadeiramente lhe pertença”; e alcança maior valor, ao evidenciar a originalidade de sua produção.²

Para Ortega y Gasset, o conceito de nacionalidade tem origem no momento histórico em que um povo se transforma em nação, ou seja, no momento em que determinado grupo social começa a partilhar um ideal humano e a empreender um projeto para o futuro. Nesse sentido, a nação é um povo que amadureceu e que começa a se pensar em termos de um ideal a respeito do que significa ser homem, e de um destino histórico, logo, o espírito da nacionalidade pode ser definido (de forma mais negativa, mas exata) como o espírito que faz com que as pessoas sintam, ajam e pensem sobre uma parte de qualquer sociedade como se essa parte fosse o todo social. Se tomarmos essas idéias como orientação, teremos um longo percurso de revisão dos processos críticos de leitura da constituição de nossa nacionalidade literária. Nesse sentido, parece-me interessante contrapor a essa idéia inicial, uma outra, contrária, que faz ressaltar um aspecto importante nessa/dessa situação, que é a temporalidade. Creio ser possível pensar a nacionalidade como um processo de superposição de temporalidades distintas, processo esse que se realiza através do embaralhamento de fronteiras interiores e exteriores. Essas fronteiras remetem à primeira afirmação desse artigo, relativa à literatura de 30. Lá, à parte o fato de se ter tomado o

² ZILBERMAN, Regina. *A terra em que nasceste: imagens do Brasil, na literatura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994 (Síntese Universitária, 41).

Regionalismo como operador “canônico” da referida nacionalidade literária, outros escritores colocavam e colocaram à disposição da mesma crítica um acervo literário diferente do regionalista, mas igualmente “nacional”; é o caso de Lúcio Cardoso, Cornélio Penna e o próprio Dyonélio Machado, colocados à margem do processo regionalista de denúncia das diferenças do nacional, mas, a meu ver, tão importantes quanto os demais. Numa outra perspectiva – a de sondagem de interioridades atormentadas, como se costuma dizer – esses escritores tematizavam o nacional pela via da subjetividade em conflito com a coletividade. Nem por isso, acredito, eles podem ser considerados “marginais” ao processo, digamos, nacionalista que pode ser detectado no Regionalismo de 30. Isso nos leva a pensar no que diz um estudioso da literatura do Brasil sobre esse momento, marcado por uma certa aura de transição, que identifica o processo identitário, tal como era representado pela literatura dos anos 30:

Por esse tempo, surgiam ou cresciam, entre nós, os fundamentos iniciais para o estabelecimento de condições em que a originalidade e a forma de expressão se produzissem. Só a partir da terceira década do século XX, entretanto, tais condições se completariam, de sorte a permitir autenticidade em nossas manifestações literárias.³

À parte o fato de que esse raciocínio está marcado por uma visão um tanto europeizada, fruto talvez da orientação de sabor marxista, do pensamento do autor, não posso negar a pertinência de sua observação. Dela cabe destacar a idéia de que é na década de 30 que se pode pressupor uma certa “originalidade” da produção literária brasileira. Aqui, essa originalidade faz ecoar a idéia de nacionalidade (portanto, de uma identidade nacional) que ganha consistência a partir do Regionalismo.

Cabe também chamar a atenção para a “extensão” desse projeto identitário, que encontra rastros ainda no Romantismo. Podemos considerar que o Modernismo reedita o projeto romântico da “fundação” da nacionalidade de nossa literatura, sem se atrelar – como pedra de toque, apenas – ao quadro político-econômico, mas dele se servindo para se sustentar. Essa argumentação se respalda na crença de que a identidade nacional, qualquer que seja o sentido da expressão, pressupõe sempre uma continuidade, uma disponibilidade permanente em função da “alimentação” dessa mesma identidade. Nesse sentido, pode-se valorizar a idéia de que o conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de

³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de re-conhecimento do que de conhecimento. A busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre.

Talvez por isso mesmo, a busca de esboço do perfil da identidade nacional da literatura produzida no Brasil, tenha um certo temor desse “novo” que pode ser representado, por exemplo, por uma literatura considerada marginal, pelos cânones críticos.⁴ Nesse sentido, a procura e a gradual descoberta do nacional em literatura levam à constituição de um espaço hierarquizado que inclui o que vai se caracterizando como verdadeiramente nacional e exclui o que não chega a se caracterizar como tal. Formam-se, assim, as ordens canônicas de autores e textos que vão, aos poucos, definindo a tradição literária brasileira. Essa tradição se constitui e se identifica por toda uma produção textual que pode ou não ser escolhida como parte do referido cânone, na medida em que grupos institucionais poderosos de leitores e usuários da produção literária (leitores, críticos, editores, professores, alunos) nela identificam certos valores culturais e assumem a função de preservá-la, seja submetendo-a a uma infinita atividade de interpretação, seja promovendo a sua inclusão no que se chamou aqui de cânone. De qualquer maneira, maneira essa sistemática constitutiva de parâmetros para uma avaliação crítica do processo de construção de uma nacionalidade literária, faz pensar no papel do crítico como incentivador da leitura, como formador de um gosto que leva ao processo de constituição e sedimentação de uma consciência literária, operador do processo de nacionalização. Tal posicionamento me leva a considerar a hipótese de tomar esse processo de construção da identidade nacional na/da literatura do Brasil, como um processo simbólico que se volta necessariamente para o futuro, para o que pretende criar (construir), muito mais que para o passado, o que aconteceu. Retomando a hipótese do projeto romântico de nacionalidade, não se pode negar que “os românticos brasileiros devem partir de uma posição diversa daquela ocupada por seus colegas europeus.”⁵ Essa posição só pode existir como projeto, como prospecção; que é o que parece ser confirmado pelo próprio projeto modernista. Esse crítico, imerso no referido processo, tem ou assume o papel de analisar, julgar, afirmar e defender o que quer que seja a nacionalidade da literatura brasileira. Esse raciocínio nos remete às seguintes considerações:

⁴ É possível pensar em nacionalidade, por exemplo, pela lente do feminino, do negro, do homossexual.

⁵ ORTIZ, Renato. O Guarani: um mito de fundação da brasilidade. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, 1988, 40 (3): 261-269.

(...) a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros.⁶

Nos termos colocados por Antonio Candido, a literatura nacional é aquela que se pode considerar como literatura empenhada ou, em outras palavras, aquela literatura que toma a si a missão⁷ de constituir a nacionalidade através de sua representação ficcional. Desse ponto, é possível vislumbrar um posicionamento, digamos, crítico em relação ao sustentado por Antonio Candido. Trata-se da análise de Haroldo de Campos⁸ que, apesar de se voltar especificamente sobre a questão das origens da literatura brasileira, não deixa de apresentar alguns argumentos interessantes para um desdobramento posterior da exposição aqui desenvolvida.

Em outras palavras, a hegemonia do modelo oitocentista – implícita na argumentação crítica de Antonio Candido – realça uma perspectiva histórica de cunho evolutivo-linear, apoiada na idéia de uma literatura como sistema, o que, aqui, assegura o caráter nacional de nossa literatura. Nesses termos, a formação e desenvolvimento de uma literatura “nacional” provoca um impacto sobre a tradição da literatura brasileira. A relação entre essas duas posições pode oferecer, para a discussão aqui proposta, uma digressão sobre a alteridade. Isso é possível se pensarmos que é plausível a consideração da tradição dos estudos literários – principalmente no que se refere às especulações sobre a nacionalidade como caráter da literatura brasileira – como uma tradição do compromisso. Essa “tradição” se preocupa com a formação canônica do nacional literário brasileiro mediante a força discursiva originária, voltada à assimilação, de um lado, negando conflitos e polaridades (tanto interna quanto externamente); de outro, efetivando mediações para que a própria nacionalidade se constitua quase como uma “terceira margem”. Não posso me esquecer de que a tradição, por mais consistente e sustentada que seja, guarda uma certa marca de “invenção”.

⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte; Itatiaia, 1981. v. 1.

⁷ Estou tomando essa palavra no sentido em que é tomada por Nicolau Seveenko, em sua obra *Literatura como missão*. A partir da leitura dessa obra, considero importante e necessário realizar a proposição que me faço sobre o estudo de autores e obras não “canonizados” em nenhuma das vertentes que convergem para o processo identitário de que a literatura brasileira se faz suporte e representação.

⁸ Trata-se de *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*.

Assim, vale observar que:

Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. Ele é ainda em grande parte desconhecido. (...) É mais difícil descobrir essa origem quando as tradições tenham sido em parte inventadas, em parte desenvolvidas por grupos fechados (onde é menos provável que o processo tenha sido registrado em documentos) ou de maneira informal durante um certo período (...).⁹

Aparentemente, as idéias de Hobsbawn parecem contraditórias em relação ao raciocínio anterior. Ao mesmo tempo, parece estar havendo um deslocamento do eixo de atenção que, paradoxalmente, faria com que minhas reflexões quisessem desdizer o que a tradição crítica da literatura brasileira explicita. Nem uma coisa nem outra. O que me parece interessante é constatar que as idéias de Hobsbawn encontram eco em nossa história literária, uma vez que não se pode negar que, de certa forma – especificamente no caso de Gregório de Matos e do Barroco – essa falta de documentalidade, ao que parece, pode ser considerada patente. Por outro lado, o próprio Regionalismo oferece à crítica literária a carta que faltava no baralho: a série literária que deixava clara as suas intenções de denúncia e crítica. Isto posto, é possível pensar num estilo nacional da literatura produzida no Brasil. Esse estilo se origina do compromisso entre características universais e a relativa diferenciação no interior de um modelo de literatura e de cultura, de origem européia, através da incorporação de elementos específicos, tais como a tropicalidade ou a miscigenação. Ainda com relação à tradição, é necessário salientar que esta é formada também por escritores que estruturam, com rigor formal, mundos imaginários que deixam transparecer o significado de uma ética cultural em sua complexidade fragmentada e multifacetada. Assim, a tradição que aponta para um certo sentido de nacionalidade é uma ordem discursiva hierarquizada que se apresenta, em um dado momento, como sendo histórica e trans-histórica, eterna e temporal, completa e incompleta. É um sistema discursivo consistente e completo em qualquer momento histórico que pode, paradoxalmente, ser

⁹ HOBBSBAUM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. de Celina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Pensamento crítico, 55). p. 12.

indefinidamente completado e modificado pela interferência de novas contribuições individuais. Nesse sentido, pode ser iluminadora a seguinte definição:

(...) o intuito do discurso é constituir o terreno onde se pode decidir o que contará como um fato na matéria em consideração e determinar qual o modo de compreensão mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos. A etimologia da palavra discurso, derivada do latim *discursere*, sugere um movimento “para a frente e para trás” ou um “deslocamento para cá e para lá”.¹⁰

Falar de áreas discursivas que se incluem e se excluem, com a mesma elasticidade, é falar de áreas de dominação ideológica. No entanto, é necessário entender ideologia e dominação ideológica no sentido mais amplo de vigor discursivo originário e precursor de novos discursos que, a partir delas, se produzem, que falsificam ou não o real, de certa maneira, dependendo da perspectiva adotada. Mais uma vez, faz-se necessário acrescentar que:

(...) discurso, numa palavra, é quintessencialmente um empreendimento mediador. Como tal, é ao mesmo tempo interpretativo e pré-interpretativo; é sempre sobre a natureza da própria interpretação e sobre o tema que constitui a ocasião manifesta de sua própria elaboração.¹¹

Note-se que o autor destaca o aspecto de mediação e, em certo sentido de superação do discurso. Este último, acredito eu, no sentido não de negar o juízo interpretativo anterior, mas de alcançar-lhe um passo adiante e um passo acima. Essa “topografia” da ação do discurso leva a pensar que o discurso recobre sempre um sentido outro que deve e, forçosamente, vai ser desvelado. Nesse movimento de constante recobrimento e conseqüente desvelamento, a História se faz, a literatura realiza a sua performance. De qualquer maneira, nos limites dessa exposição, basta afirmar que a ideologia tenta falsificar o real que não corresponde a interesses particulares, distorcendo esse real com uma inversão que o faça aparentar aquilo que não é. Logo, a ideologia terá sucesso na medida em que, com essa inversão, o real possa ser tomado por sua falsa representação. Toma-se a imagem pelo fato, o reflexo pelo original. Essa definição de ideologia, como uma falsificação das reais condições de existência, implica a possibilidade de um

¹⁰ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. de Alípio C. de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

¹¹ Idem, p. 16-17.

lugar não ideológico do saber, a partir do qual ela possa ser denunciada. O problema epistemológico que se coloca em relação a um tal conceito torna-se manifesto quando se adota uma estratégia de suspeita em relação ao lugar do saber proposto e suposto.

Para completar gostaria de destacar duas outras concepções de ideologia, para contrastar a argumentação, ampliando seu espectro especulativo. De início, destaco Louis Althusser, que define a ideologia não como uma representação falsa da realidade, mas como uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência.¹² Nesse sentido, a ideologia deixa de ser apenas uma representação possível para um conteúdo qualquer (as condições reais de existência) para se fazer o lugar da relação estabelecida entre esse mesmo conteúdo e o sujeito que a explicita. A ideologia passa, então, a representar a própria estrutura de representação eterna e sem história. Somente no contexto de “função” integradora que atua pelo imaginário social que a ideologia pode ser considerada como caminho de constituição de um processo de dominação, quando um grupo de poder social procura a sua legitimação fazendo, consciente ou inconscientemente, uso dessa função de integração para se colocar num centro de poder. É nesses termos que me parece necessário repensar o processo de constituição de uma nacionalidade literária. Penso assim, uma vez que a definição de nacionalidade na/da literatura brasileira sempre passou por grupos legitimadores utilizando critérios convencionados por seus interesses, em nome de uma “cultura nacional”. Para tentar confirmar essa hipótese, recorro à seguinte argumentação:

A proposição do problema da existência ou não da cultura brasileira está ligada à definição de um espaço histórico-cultural determinado que é, objetivamente, o teatro de um movimento global de produção e reprodução de condições básicas da existência humana material e espiritual. Há que considerar-se também que um povo é sempre o produto de seus efeitos e suas realizações e, ainda, parte integrante da natureza, de uma natureza com características próprias, com a qual dialoga no espaço e no tempo, modificando-a e modificando-se constantemente a si mesmo.¹³

¹² Refiro-me aqui, especificadamente, à obra *Posições*, de Louis Althusser. Esse recurso, antes de mais nada, visa a colocação da questão da ideologia num sentido mais filosófico que político, *stricto sensu*.

¹³ VILLAS-BOAS, Gláucia. Cultura brasileira - subcultura européia e/ou mera noção ideológica? *Revista ciência e cultura*. São Paulo: SBPC, 1980, 32 (11): 1441-1450.

Esse “efeito” de modificar-se a si mesmo, quando se preocupa com o nacional, faz do sujeito crítico um elemento que, na verdade, está buscando esclarecer a si mesmo enquanto participante disso que se convencionou chamar de cultura nacional. É nesse sentido que a referência a Paul Ricoeur é consistente, uma vez que ele remete à idéia de que ao fazer História, o sujeito conta, narra a sua própria história. Não podia ser diferente com a literatura. A particularidade da busca de uma identidade nacional para a literatura passa, obrigatoriamente por esse “falar de si” que recobre o exercício crítico da leitura do processo identitário.

Faz-se necessário afirmar que o característico, na formação canônica do nacional literário, é o que se convencionou chamar de tradição da ruptura, ou seja, a força discursiva originária que atua em “textos culturais” voltados para a construção da nacionalidade literária. Esses “textos culturais” acabam por reafirmar as tradições ideológicas que atuam e se manifestam de diversas formas, nos mais diversos tipos de textos literários. Para fechar esse raciocínio, recorro a uma outra corrente de reflexão que remete a Octávio Paz, no que se refere especificamente à postulação de “tradição da ruptura”; reflexão que reclama um novo olhar sobre a idéia de tradição e de ruptura, quase que em separado:

(...) dentro da estética da ruptura característica da modernidade e do modernismo, nas vezes em que fomos buscar o traço forte da tradição, ou até mesmo o traço pouco vincado, nos aproximamos mais e mais de uma poesia, de uma produção poética que se desliga do social enquanto dimensão do histórico vivenciado pelo poeta. Isso às vezes pode beirar – e muitas vezes beira – o neoconservadorismo.¹⁴

O autor, referindo-se particularmente à poesia, coloca uma idéia que pode ser tomada em relação à narrativa, à literatura como um todo. Na verdade, o que o romance faz não deixa de se parecer com as colocações feitas para a poesia. Uma pequena diferença poderia ser apontada, o caráter histórico da experiência vivenciada ganha, na narrativa, um estatuto mais “objetivo” do que na poesia. Entenda-se objetivo aqui como uma característica apenas formal. Em outras palavras, a questão da narrativa como herdeira do romance do século XIX não pode ser tomada como única fonte de diferenciação possível. No fundo, a narrativa atual apresenta uma misci-

¹⁴ SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

genação formal que impede divisões rígidas para a observação de determinados aspectos do fazer literário. O neoconservadorismo, vaticinado por Silviano, perde a força, então. Ele a perde justamente porque não um único parâmetro de confrontação para o que se produz em literatura. Para além de uma constatação de obediência ou não a parâmetros pré-fixados, o que se busca é a definição de percursos, o esboço de perfis que atendam a uma demanda identitária que supera questões, digamos teóricas específicas, questões formais mesmo.

Num terceiro momento dessa reflexão, cabe pensar numa possibilidade operacional de pensar a questão da nacionalidade, nos termos em que é apresentada aqui. Essa tentativa se sustenta no fato de que, tomando a nacionalidade como uma questão complexa, não podemos prendê-la a um período, a uma realidade particular, a apenas uma época da história literária. No entanto, não posso deixar de me referir, mesmo que *en passant*, a um escritor paradigmático para a análise das questões aqui levantadas: Machado de Assis. Mesmo que o objetivo não seja a análise particularizada desse autor e de sua obra, é possível, a partir dela, elaborar a seguinte generalização: o que caracteriza o escritor que constrói a nacionalidade literária não é a ênfase na “cor local”, mas a posse de um “sentimento íntimo” que torne esse escritor um sujeito, digamos, contextualizado, ainda que se volte sobre assuntos fora das fronteiras desse mesmo contexto. Nesses termos, conclui-se que é o tratamento temático, ou seja, a forma que incorpora temas diversificados, que se faz a mais importante realização a ser efetivada pelo referido “sentimento íntimo”. Trata-se duma perspectiva adquirida num contexto cultural que, sendo diferente de outras perspectivas, modifica toda obra que compõe, ao impregná-la com seu poder diferenciador. Essa marca, deixada pelo sujeito na obra, depois de ser inscrita no sujeito pela cultura, é que constitui o traço de nacionalidade que se manifesta em cada ato de criação.

Esse movimento me leva a pensar em alguns outros nomes que poderiam funcionar como uma nova referência para o estudo da nacionalidade: Antonio Callado, Ignácio de Loyola Brandão, Herbert Daniel e, mesmo Caio Fernando Abreu, Carlos Sussekind, Carlos Heitor Cony, para citar apenas alguns. O que me parece importante destacar aqui é o fato de que não dá mais para estudar a História da Literatura, ainda que numa visada particular como a do processo identitário, a partir de uma “tradição” já canonizada. Em outras palavras, os nomes dos autores utilizados como referências têm que mudar. Os parâmetros são outros, na verdade. Os temas, as realizações, as motivações e os resultados vão sendo construídos ao sabor mesmo da leitura. Foi-se o tempo que se tomava a obra como um objeto intocável. Benjamin já desfez essa mitologia. Não há originalidade que supere o desejo

da descoberta, é claro, com rigor e cuidado. Trata-se aqui, a meu ver, de uma combinação, uma articulação entre ideologia e originalidade. Quanto a essa segunda, pode-se dizer que não é jamais pensada em termos de oposição entre original e cópia, mas em termos de uma arte combinatória, o que permite deslocar a originalidade do contexto criativo ou meramente estético para um contexto ideológico. Em certo sentido, a literatura, principalmente a que se escreve sobre e a partir da nacionalidade, reafirma a amplitude de seu caráter “poético”, no sentido da *poiésis* platônica, que pode ocorrer em qualquer lugar onde esteja o *poietés*. O conceito de criação é muito amplo, já que se pode ter como certo que tudo que é causa de que algo (seja o que for) passe do não ser ao ser é criação, de maneira que todas as atividades que entram na esfera das artes sejam consideradas criação; e os seus “autores” são os criadores ou os poetas.

Será que é exagero associar essas observações ao contexto semântico de ideologia proposto aqui? Não se pode deixar de perceber um traço do ideológico na consideração do “poeta” como alguém que catalisa as “atividades que entram na esfera de todas as artes”. Nesse sentido, como definir uma particularidade poética (no sentido etimológico do termo) que não tenha sofrido uma influência da marca do sujeito criador? Por consequência, esta não é uma maneira plausível de detectar traços ideológicos na criação artística *lato sensu*? De qualquer maneira, nacionalidade e ideologia, particularmente, no que se refere à literatura, não conseguem, por si sós, dar conta da infinidade de problemas que criam. Nessa direção, é possível apontar aqui para a possibilidade de abrir espaço para pensar na “formação do homem” através da literatura. Utilizo uma expressão de Antonio Candido, para tentar delinear um atalho plausível, considerando o caráter, ao mesmo tempo, individual e coletivo do exercício ideológico de ler a literatura como uma prática outra de construção do que estou chamando de identidade nacional. Nesse sentido, cumpre considerar que:

(...) há no estudo da obra literária um momento analítico, se quiserem de cunho científico, que precisa deixar em suspenso problemas relativos ao autor, ao valor, à atuação psíquica e social, a fim de reforçar uma concentração necessária na obra como objeto de conhecimento; e há um momento crítico, que indaga sobre a validade da obra e sua função como síntese e projeção da experiência humana.¹⁵

¹⁵ CÂNDIDO, Antonio. “A literatura e a formação do homem”, conferência proferida na XXIV Reunião Anual da SBPC.

A questão da obra e da “experiência humana”, articuladas no exercício da leitura, pede por uma concentração no perfil multifacetado que essa mesma prática suscita. Por outro lado, os dois momentos – analítico e crítico – apontam para a atenção que se deve dar à realização literária como um complexo multifacetado de referências, em grande parte, alheias à própria natureza do literário. A articulação desses problemas com o exercício da crítica pede por uma ajuda não especificamente literária, mas, digamos, interdisciplinar. Essa é uma exigência objetiva e necessária, que vai requerer auxílio de conhecimentos especializados para “construir” um objeto ou para resolver problemas “definidos”. A cooperação de especialistas de vários campos acaba resultando num trabalho coletivo a partir das individualidades combinadas. A interdisciplinaridade, então, faz-se uma proposição ideológica, isto é, falsa, no que pretende designar, e sintomática em relação à realidade representada. Essa realidade corresponde às relações existentes há muito tempo entre certas disciplinas, bem como às relações que se tenta constituir entre antigas e novas disciplinas. Um exemplo dessas relações pode ser dado entre a Literatura e a História. Nessa direção, a interdisciplinaridade é considerada uma crítica à especialização que recusa uma ordem institucional dividida, em particular. Trata-se de uma exigência não apenas dos estudos literários, em particular. Trata-se de uma exigência do percurso reflexivo das Ciências Humanas; da superação do “saber” disciplinar e disciplinado, para evitar uma espécie de suicídio que se revela numa prática de cunho hiper-especializado. Para dar consistência a essas considerações é necessário tomar o texto literário como uma escrita que esboça um espaço de significação em que um saber (descentrado e particular) rearticula os elementos de uma nacionalidade possível. A reabilitação da História, aqui, interage na paisagem crítica em que essa relação se inscreve, lutando contra a fixação de uma idéia única a respeito de nacionalidade e, ao mesmo tempo, deixando transparecer a fragmentação da contemporaneidade, que privilegia o múltiplo, o diferente, o outro. Concluindo:

(...) a experiência histórica de um autor e de seu tempo, contida nos textos literários e cifrada de forma específica, não constitui, em si mesma, qualquer coisa investida de significado; pelo contrário, ela só se torna realmente significativa na relação com um sujeito leitor e com as suas experiências específicas, enraizadas no seu próprio presente.¹⁶

¹⁶ BARRENTO, João (org.) *História literária: problemas e perspectivas*. Lisboa: Apaginastantas, 1986. p.113.

Colocadas as três possibilidades de encaminhar a questão da nacionalidade literária – a origem, o caráter ideológico e a abordagem interdisciplinar – o problema da definição de nacionalidade permanece irrespondido. Considerando que o conceito de nação é relativamente recente na história da humanidade, pode-se concluir que sua “definição” é, antes de mais nada, produto de conjunturas históricas particulares, regionais ou localizadas. Nesse sentido, o conceito de nacionalidade não pode ser reduzido a uma dimensão única, seja ela política, cultural ou de outra natureza. Não há como “isolar” o caráter dessa questão. Por conseqüência, qualquer afirmação que vise ao estabelecimento de parâmetros mínimos de análise ou de critérios de avaliação está, em sua essência, ideologicamente marcado. Assim, não só a Literatura, nem só a História, cada uma a seu tempo e isoladamente, podem dar conta da interpretação da nacionalidade. Aqui, se inscreve a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar, como já referido. Essa interlocução discursiva, aqui chamada de interdisciplinaridade, se propõe a um exercício de composição que tem por objetivo equacionar um intrincado problema, em que variáveis, as mais diversas, se misturam, produzindo resultados os mais diversificados. De qualquer maneira, o desenho da nacionalidade é alheio a qualquer tentativa de totalização e/ou de documentalidade. Esse desenho é apenas uma tentativa de descortinamento de semelhanças em que não há elementos idênticos, com o qual se faz uma passagem da superfície – lugar da singularidade, da diferença, da multiplicidade – para o centro – lugar do essencial, do genérico, da unidade. Não estaria nesse (aparentemente insolúvel) impasse a oportunidade de intervenção da Literatura Comparada como agente transformador dos procedimentos críticos na leitura da metáfora da nacionalidade? Afirmar essa nacionalidade a partir de cânones tradicionais, ainda que criticamente lidos e interpretados, não me parece muito útil e procedente. Tentar elaborar um conceito de originalidade, como marca de nossa nacionalidade literária, reduz drasticamente as possibilidades criadas (e sustentadas!) ao longo da própria história literária. É urgente pensar numa estratégia de abordagem crítica que não deixe de lado o que a tradição refugou e que privilegie o novo, o diferente. Desafio para a Literatura Comparada urgente e difícil, porque toca em idiossincrasias, mexe em convicções, desestabiliza certezas que, antes, eram inabaláveis e, hoje, não podem ser mais que pontos de referência para a continuidade dos estudos essencialmente críticos.